

Partido NOVO

**LIBERDADE AINDA QUE TARDIA**

Plano de Governo

Romeu Zema

Candidato ao Governo de Minas

Minas Gerais, 2018

## **Carta aos eleitores**

Muito mais que um plano de governo, este é um plano de esperança. Perdemos nos últimos anos este sentimento que é o mais importante e fundamental para continuarmos tendo propósito.

A velha classe política, tão desgastada, tão apegada aos privilégios e tão comprometida com seu continuísmo, conseguirá minar nossa vontade por dias melhores?

Definitivamente não!

Mudanças profundas na estrutura do estado e nas leis são necessárias. Nenhum partido da velha guarda está apto a conduzi-las. Já tiveram esta oportunidade por décadas e demonstraram incapacidade.

Somente um agente externo e NOVO, sem vícios, sem vínculos com o passado e com o errado vai fazer a mudança.

NOVO em tudo: no nome, nas pessoas e principalmente nas propostas.

Tenho orgulho de ser mineiro, não vão tirar isso de mim!

Romeu Zema.

## **Sumário**

<b>1. Apresentação</b>	<b>3</b>
<b>2. Gestão de Estado</b>	<b>6</b>
<b>3. Geração de Riqueza</b>	<b>15</b>
<b>4. Segurança Pública</b>	<b>24</b>
<b>5. Educação</b>	<b>34</b>
<b>6. Saúde</b>	<b>42</b>

## **1.Apresentação**

De quatro em quatro anos os indivíduos são chamados a decidir para quem eles desejam confiar a gestão de serviços essenciais que afetam diretamente em suas vidas. Isto se chama democracia, e dá a cada pessoa o poder e a liberdade de escolha, por meio do voto, daquele candidato que mais representa seus interesses.

No entanto, esse processo não funcionou muito bem até o presente momento. Devido às dificuldades de uma sociedade ainda em construção, a gente honesta e trabalhadora de nosso estado, compreensivelmente, abdicou de parte de seu poder de cidadania para construir o caminho de suas próprias vidas, esperando que os governantes tivessem o mesmo cuidado com a sua sociedade. No entanto, a maioria da população não contava que essa permissão conferida a um seletivo grupo de políticos levaria o estado de Minas Gerais a uma situação de calamidade geral, deixando milhares de pessoas desassistidas e em situação de verdadeira miséria, algo que não se via igual há anos.

A nossa democracia, nos moldes atuais, limita a participação dos indivíduos nas decisões do estado, deixando à mercê da boa vontade dos governantes a opção de abrir, ou não, o espaço para a escolha por parte das pessoas. E por mais que alguns candidatos e partidos façam promessas ligadas à participação e ao diálogo, o que se vê é o oposto disto. Condições mínimas de transparência são deixadas de lado para esconder esquemas da velha política, e quando é aberto espaço para discussão, a decisão já havia sido tomada, sendo esse espaço apenas um palanque para o desabafo de desalentados. O problema não se trata simplesmente de um determinado político ou de um partido específico, mas sim de toda uma estrutura e cultura, resultado da falta de participação da sociedade no processo político.

Tendo em vista que essas são as regras do jogo, e que deverá ser assim ainda por bastante tempo, o que fazer nesse momento para saber se um candidato, uma vez eleito, tomará as decisões certas para desenvolvimento da qualidade de vida de sua população? Durante as campanhas, como os eleitores conseguirão realmente saber o que o candidato pensa e como ele agirá ao assumir o poder? Como irão saber se ele será apenas mais um da classe política que se apropriará do estado para fazer valer seus próprios interesses?

É por isso que os integrantes do NOVO se apresentam nessas eleições como uma saída deste círculo vicioso. Não apenas para resolver os problemas, que não vão mudar de um dia para o outro, mas principalmente para devolver ao indivíduo, pela primeira vez, a responsabilidade da qual ele não pode se eximir: ter o controle das decisões que afetam diretamente sua própria vida.

Este Plano de Governo foi elaborado a partir da reunião de pessoas comuns que não possuem nada a esconder, e que, além de terem a vontade de fazer algo diferente do que está posto, são profissionais qualificados com experiência de gestão. O NOVO é um partido de pessoas sérias e comprometidas com um estado melhor para se viver, e que acreditam que, até os dias de hoje, os governos têm prejudicado a sociedade devido à sua excessiva interferência e falta de integridade.

Estado demais, gastos públicos demais, corrupção demais, impostos demais. Acreditamos que a mudança pode acontecer quando devolvemos o poder de decisão ao indivíduo, de forma que ele mesmo possa fazer suas próprias escolhas. Acreditamos que a garantia da liberdade é a única e verdadeira função do estado, e que, por isso, ele deve ser mínimo, pois o indivíduo deve ser dono de si.

Desta maneira, não é o objetivo do NOVO acabar com o estado, mas sim reduzir a maneira com que ele influencia o cotidiano das pessoas. Apenas o próprio indivíduo pode decidir sobre o que é melhor para ele.

Longe de conter a solução para todos os problemas de Minas Gerais, por meio deste Plano de Governo os eleitores poderão conhecer a forma de pensar do NOVO, as premissas que estabelecemos e as alternativas que consideramos as mais inteligentes para tornarmos Minas Gerais um estado admirado. Acreditamos que é por essa coerência e convicção que os eleitores confiarão em nossas propostas e não irá nos identificar tal qual identificam os políticos tradicionais. Esperamos que este documento seja uma fonte de conhecimento para os eleitores, mostrando que há novas formas de gerir o estado mais eficientes que o modelo tradicional que observamos há alguns anos.

Este Plano está dividido em cinco seções que o NOVO acredita as essenciais e prioritárias para o governo de Minas Gerais: Gestão de Estado, Geração de Riqueza, Saúde, Segurança Pública e Educação. Para cada sessão será apresentado o contexto mineiro em relação àquele assunto e, logo em seguida, serão apresentados alguns pressupostos adotados por parte da sociedade e que apenas contribuem para o agravamento da realidade. Esperamos que o eleitor se liberte do "senso comum". Por fim, serão apresentadas as diretrizes de ações que o NOVO propõe para cada área.

O sonho por liberdade está enraizado no povo mineiro há mais de dois séculos e continuará irremovível de nossa sociedade. Será desse desejo que Minas irá liderar a mudança necessária para nosso país. **Liberdade ainda que tardia.**

## **2. Gestão de Estado**

Em dezembro de 2016, foi decretada a situação de calamidade financeira em Minas Gerais. Um estado com muitas riquezas naturais e com grande potencial econômico, mas que se tornou alvo de governos irresponsáveis e descompromissados para com seus contribuintes, deixando-o em uma lamentável posição de crise orçamentária e financeira. Atualmente tem-se um quadro de precariedade dos serviços públicos, de atraso no pagamento dos fornecedores e nos repasses às prefeituras, e de parcelamento dos salários dos servidores, o que demonstra o tremendo descaso das lideranças governamentais.

Esta crise, no entanto, é fruto de recorrentes anos de má gestão. Desde 2014, o estado vem acumulado resultados fiscais negativos, de maneira que os déficits fiscais somados até 2017 superam 25 bilhões de reais. A economia do estado está em profunda recessão e há quatro anos não há crescimento do PIB. Apesar disso, houve crescimento real da arrecadação de impostos, mas que não implicou na melhoria da alocação de recursos públicos para reverter este estado de calamidade.

Uma das grandes pressões nas contas públicas de Minas Gerais está justamente no crescimento dos gastos com servidores. Apesar de não ser possível verificar o aumento da produtividade da burocracia mineira, os gastos com pessoal continuam crescendo. De 2004 a 2017, a despesa com pessoal cresceu mais de 130%, enquanto que a arrecadação do ICMS, principal imposto do estado, cresceu 70%. Em termos numéricos, o montante de 504 mil servidores - 354 mil ativos e 150 mil inativos, subiu para 639 mil servidores - 403 mil ativos e 236 mil inativos. Isso significa que, de 22 bilhões de reais, esta despesa saltou para cerca de 50 bilhões de reais, consumindo mais da metade da receita corrente líquida do estado. Isso gera também uma grande pressão no setor previdenciário, que teve sua despesa somada em mais de 20 bilhões de reais em 2017. Muitas carreiras do estado foram contempladas com reajustes expressivos, mas que não acompanharam a capacidade do

governo em poder honrar com estes compromissos. Desta maneira, sofremos hoje com as sanções impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), já que Minas Gerais está constantemente esbarrando-se no limite colocado por esta lei para os gastos com pessoal dentro do estado.

Problemas causados por esta falta de comprometimento com a boa gestão são sentidos em todas as áreas de políticas públicas. Faltam equipamentos para as polícias, os professores não encontram condições adequadas para darem aulas, a infraestrutura dos hospitais está decadente e todos os indivíduos são afetados por este contexto. Assim, para que o eleitor seja capaz de votar conscientemente, é preciso que ele compreenda que a melhora de Minas Gerais depende de uma mudança no modo de fazer a gestão pública, começando por reformas primordiais que rompam com o círculo vicioso de desequilíbrio em que nos encontramos. Entrar com os velhos pensamentos não irá promover a mudança necessária. Desta maneira, é preciso elucidar alguns conceitos e desmascarar alguns mitos.

#### **❑ O aumento de impostos não gera mais e melhores serviços para a sociedade**

Acostumou-se com a história de que aumentar impostos significa melhorar os serviços públicos. Mas não é verdade. O Brasil possui uma das maiores cargas tributárias do mundo, mas não se percebeu melhora na qualidade de vida dos indivíduos. Pelo contrário, o recurso tomado do trabalhador foi utilizado, muitas vezes, para manter privilégios dos líderes do governo e patrocinar gastos irresponsáveis. Diferentemente do dono de uma mercearia, que precisa trabalhar dia e noite satisfazendo a necessidade de seus clientes para manter seu negócio, o Estado, como um mal gestor, cobre seus erros orçamentários com o dinheiro da população. Na saúde, por exemplo, os gastos cresceram cerca de R\$ 6 bilhões para R\$ 10 bilhões, ou seja um aumento de quase 70% em 7 anos, sem que o serviço fosse melhorado. Isso mostra que o serviço público de baixa qualidade prestado à população não se deve pela falta de recursos - os recursos estão disponíveis e crescendo todos os anos, mas sim pela sua má utilização. É uma falácia dizer que o aumento de



tributos melhora a qualidade dos serviços prestados. Logo, deve-se ter como premissa que não há ninguém melhor que a própria a sociedade para decidir sobre a destinação dos recursos ganhos com a força de seu próprio trabalho.

**❑ Desigualdade não se combate com maior regulação e maior tributação, se faz por meio do aumento de empregos e da não condenação ao sucesso**

Outra questão que precisa ser desmistificada é o debate da desigualdade social. As situações dos moradores de ruas, de pessoas em situação de fome e de famílias sem condições de darem uma infância digna aos seus filhos são problemas causados pela persistência da pobreza. Neste sentido, ela deve ser combatida por meio da geração de riquezas pela própria sociedade, que gera mais emprego e valoriza a hora do trabalhador, permitindo que esta riqueza se espalhe. O governo deve ser um facilitador e valorizador do empreendedorismo, de forma a garantir a real igualdade de condições entre aqueles que tomam o risco de empreender. Deve se ter em mente que o Estado não produz, logo, não gera riqueza. Do jeito como atua hoje, ele é um grande reproduzidor da desigualdade e um mal combatidor da pobreza, devido aos subsídios irracionais e políticas sociais sem efeitos.

**❑ Simplificar e desburocratizar ao invés de intervir e incentivar**

Não é preciso mais intervenção e regulação governamental em Minas Gerais. Pelo contrário, o estado já pratica uma das maiores alíquotas de ICMS de todo o país, o que afasta investidores da região. Atualmente, o empresário preocupa-se mais com a complexidade da legislação do que com a melhora do seu negócio, o que aumenta a sonegação e as suas despesas. Além disso, essa complexidade eleva os gastos governamentais com controle e fiscalização de tributos, o que implica em mais dinheiro com custeio da máquina pública e menos recurso disponível para aqueles que desejam empreender. O governo, ao invés de “incentivar” arbitrariamente e intervir nos diversos setores da economia, deve, na verdade, responsabilizar-se por simplificar tributos, facilitar

o ambiente de negócios e torná-lo previsível para todos. Desta maneira, será possível atrair novos investimentos, propiciando um ambiente de maior liberdade econômica e segurança jurídica, incentivando o pequeno e médio empreendedor.

#### **❑ A previdência pública estadual não é superavitária**

Um dos principais problemas enfrentados pelo estado de Minas Gerais hoje é o financiamento da Previdência Social. Ela ocupa 30% dos gastos com pessoal do estado, o que também corresponde a um valor da ordem de R\$ 14 bilhões. Muitas pessoas ingressaram na carreira pública devido aos grandes privilégios oferecidos pelo Estado, inclusive o regime especial de previdência, em que não raro servidores alcançam aposentadoria integral e em uma idade muito inferior do que os demais. No entanto, esses privilégios possuem um alto custo para a sociedade e, nos últimos anos, o crescimento do rombo previdenciário tem sido cada vez mais significativo. Se nada for feito, os serviços públicos estarão comprometidos e a previdência entrará em colapso, já que os gastos previdenciários, por serem protegidos constitucionalmente, farão com que outras áreas sejam prejudicadas.

#### **❑ Não se gasta aquilo que não se tem a capacidade de pagar**

O dinheiro do estado não é infinito. A busca pelo equilíbrio financeiro deve ser a premissa de qualquer governo que assuma o poder do Estado. Assim como na administração de um lar, onde se busca gastar apenas aquilo que a renda familiar consegue pagar; o governo, mais do que qualquer outro, deveria ser o maior exemplo em relação a responsabilidade financeira. O que acontece é que o Estado, completamente endividado, ao invés de cortar despesas, faz mais dívidas para bancar gastos que são fixos, uma medida extremamente irresponsável que só contribui para agravar ainda mais o problema. Seja qual for o governo, os recursos serão sempre limitados e as necessidades sempre ilimitadas, e que,

nem por isso, deve haver desculpas para gastar o que não se pode e comprometer os próximos governantes.

### ❑ **As políticas devem ser pensadas em longo prazo**

Uma prática recorrente em mudanças de governo é a desconstrução do trabalho da gestão anterior sem nenhum aproveitamento de políticas exitosas. Essa prática enraizada na política impacta negativamente a continuidade das políticas públicas de Minas Gerais, bem como impede a construção de um modelo de gestão de conhecimento e de melhoria contínua. Na Inglaterra, por exemplo, a oposição é uma instituição oficial. Para cada ministério existe a figura do ministro de oposição. A função desse ministro, da oposição, é fiscalizar as políticas que estão sendo adotadas e expor as soluções que ele apresentaria caso seu partido estivesse no poder. Esse modelo eleva o nível de discussão a respeito das soluções para o problema do país e cria um ambiente mais propício a sustentabilidade governamental.

Depois deste entendimento, é possível estabelecer as principais premissas que vão embasar uma NOVA Gestão do Estado de Minas Gerais:

- A falta de recursos não é explicação para o serviço público de baixa qualidade;
- Só será permitido o gasto se for possível mensurar seus resultados para a melhoria da qualidade de vida da população;
- Não haverá aumento da carga tributária;
- A pobreza será combatida com geração de empregos pela própria sociedade;
- O governo promoverá a igualdade de condição entre os empreendedores;
- O enfrentamento da burocracia e dos privilégios é essencial na reforma do Estado;
- As decisões serão tomadas visando o desenvolvimento em longo prazo;
- Será criada uma cultura de gestão de conhecimento e aproveitamento de boas práticas no setor público;

- Haverá equidade e igualdade de condições em relação a aposentadoria do servidor público e do trabalhador do mercado;

Com isso, propõe-se ações alternativas de gestão do Setor Público, para que seja possível renovar Minas Gerais e torná-la novamente um símbolo de referência gerencial no país:

- **Enxugar a máquina pública.** Atualmente existem 21 secretarias de estado, sendo que algumas delas realizam funções e serviços semelhantes. Desta maneira, pode-se conjugar estes órgãos para reduzir a burocracia e extinguir cargos comissionados desnecessários. Deve haver também a avaliação dos custos e benefícios das políticas públicas, com o objetivo de mapear gastos que não estão gerando desenvolvimento real do estado.
- **Simplificação de processos.** Problemas que na iniciativa privada são solucionados em questão de minutos podem demorar dias quando se trata do setor público. É possível informatizar as rotinas de trabalho para tornar o setor público menos burocrático, mantendo a transparência e a segurança jurídica.
- **Realocação de pessoal.** Grande parte da ineficiência governamental se deve a falta de preocupação com uma boa gestão dos servidores do estado e ao loteamento político decorrente de acordos em fase de campanha eleitoral. Desta maneira, é preciso reavaliar as alocações, mapeando setores onde há gorduras e carências de mão de obra e realizar as alterações necessárias.
- **A pobreza é uma realidade e ela precisa ser combatida.** Propõe-se combater a pobreza dando poder econômico aos mais pobres. Ou seja, programas assistenciais bem desenhados e focalizados para quem realmente precisa, com o objetivo de progressão, liberdade e independência econômica das pessoas assistidas por esses programas.

- **Lideranças profissionais.** A velha política leva ao estado pessoas que não estão preparadas para realizar as tarefas governamentais específicas. Para romper com esta cultura, será implementado o "Parecer de Seleção", que institui critérios técnicos, transparentes e que priorizem a "ficha limpa" na escolha do futuro trabalhador do estado. Além disso, serão feitas auditorias patrimoniais aleatórias dos agentes públicos, para evitar condutas antiéticas.
  
- **Utilização das instituições de pesquisa e desenvolvimento.** Além das secretarias, existem também outros órgãos públicos vinculados ao estado que produzem informações importantes para compreensão do real contexto de Minas Gerais. É necessário recolocar essas instituições como fontes centrais dos dados técnicos importantes para qualificar execução das ações do estado.
  
- **Mais atenção com os contratos de Minas Gerais.** O estado possui compromissos contratuais com diversas organizações, entretanto observa-se que nem todos eles estão sendo honrados devido ao estado caótico das contas públicas. Neste sentido, é necessário analisar os contratos em vigor, avaliando seus resultados e sua necessidade, e iniciar modernizações nas contratações públicas, instituindo, por exemplo, programas de seguros do tipo *performance bond*, para garantir a execução e o custo dos serviços contratados e evitar práticas ilícitas.
  
- **O estado deve incentivar o desenvolvimento municipal.** Minas Gerais possui 853 municípios, muitos deles em difíceis condições econômicas. O primeiro ponto a ser considerado é a regularização dos pagamentos atrasados das transferências constitucionais; mas também cabe ao governo estadual promover programas de fomento aos consórcios, de capacitação dos gestores municipais e de incentivo à captação de recursos, seja a partir dos instrumentos de repasse previstos, ou contribuindo na atração de investidores externos. Outra questão a ser considerada é

a importância de políticas focalizadas e que considerem as reais necessidades dos municípios, para que os recursos não sejam desperdiçados com compras sem motivação.

- **O indivíduo como avaliador dos resultados de estado.** A opinião dos contribuintes deve ser valorizada nas decisões governamentais, já que é ele quem sustenta os gastos públicos. Assim, deve-se implementar uma cultura de avaliação dos órgãos e dos servidores diretamente pelas pessoas, relacionando as pesquisas públicas aos critérios de bonificação, de maneira que a opinião da sociedade seja decisiva em todas as ações do estado.
  
- **A legislação tributária é exageradamente complexa.** Ao que cabe ao estado, podem ser feitas medidas para tornar os impostos e taxas mais simples e transparentes para os indivíduos, de maneira a fomentar o ambiente de negócios, em especial para o pequeno empreendedor.
  
- **Enfrentamento de privilégios.** Dentro do Poder Executivo mineiro, assim como nos demais poderes, existe uma cultura de apropriação dos recursos públicos que deve ser cortada. É preciso revisar o modelo estrutural de todos os poderes, exigindo o fim de regalias por meio de cortes em auxílios exorbitantes, restrição para carros de representação, festas, homenagens, banquetes, identificação de irregularidades relativas ao acúmulo de cargos e premiações de produtividade a servidores inativos, por exemplo. Deve haver, assim, uma revisão destes critérios de acordo com os padrões de mercado. Este ponto trata também da necessidade de revisar a cultura do "Direito Adquirido" no setor público, tendo em vista que eles não são de fato garantidos. Para isso, é preciso reorganizar este sistema de direitos para que algumas carreiras não sejam beneficiadas em detrimento de outras.

- **O Estado não resolve todos os problemas.** Assim, é possível delegar algumas de suas funções para outros setores e organizações que irão prestar determinado serviço com uma qualidade melhor e com menos custos para o cidadão. Esta alternativa compreende na elaboração de concessões, parcerias-público privadas e ações de desestatização de serviços que não precisam ser prestados necessariamente pelo governo. Além disto, deve-se incentivar esta prática nos municípios, criando fundos de garantia para facilitar os investimentos locais.
  
- **A previdência está à beira do caos.** Contudo, é possível resgatá-la a partir da instituição de previdência privada complementar aos novos e antigos servidores. Para os servidores já efetivados, haverá a liberdade de escolha em optar por se manterem no atual sistema, sujeitos a novas alterações, ou pela escolha exclusiva da previdência privada complementar.
  
- **Mudança cultural.** Algumas medidas podem não significar grandes reduções no gasto público, mas são essenciais para extinguir o paradigma de um estado cheio de privilégios. Assim, haverá o retorno da sede do governo para a Cidade Administrativa, destinando o uso do Palácio da Liberdade para um museu de regalias; o salário do governador será reduzido; helicópteros oficiais não serão utilizados para fins privados; o Palácio das Mangabeiras não será utilizado como moradia, entre outros.

### **3. Geração de Riqueza**

Nunca houve gestão governamental que, ao invés de se preocupar com o aumento da arrecadação estadual, pensasse de fato nas melhores formas para contribuir com o crescimento econômico mineiro. Foram anos sustentados na ilusão de que as riquezas são feitas com políticas econômicas afirmativas por parte do próprio estado, sem colocar o indivíduo como protagonista no desenvolvimento de Minas Gerais.

O resultado disto é claro. São cerca de 1,2 milhões de desempregados, sucessivas quedas econômicas, taxas de crescimento menores do que as do governo federal e ainda uma situação crítica de calamidade financeira. O crescimento em Minas, que em 2011 foi de 2,5% do PIB, passou para 0,5% em 2013, -0,7% em 2014 e -4,3%, em 2015. Apesar de os sinais desta crise terem sido apresentados em 2011, os governantes agravaram ainda mais a recessão com gastos de burocracia do Estado.

Ainda assim, o potencial do estado é notável. Apenas em 2016 foram exportados 21,2 bilhões de dólares em produtos e serviços. Minas possui relações diretas com outros países, tendo a China, os Estados Unidos e a Argentina como os principais parceiros econômicos, representando cerca de 40% das exportações. O escopo de exportações do estado é basicamente formado por produtos primários, tais como minério de ferro (31%), café (15,5%), e ouro (6%), enquanto que as importações são caracterizadas por produtos beneficiados, dos quais, destacam em ordem: máquinas (33%) e produtos químicos (19%). Mesmo que os produtos exportados sejam, em sua maioria, commodities, o real problema é que não se observa saltos na produtividade dessas atividades, muito em parte ocasionada pela dificuldade ao acesso à tecnologia e ao alto custo de capital, fatores oriundos da burocracia e do excessivo volume de gastos públicos.



O que se observou em Minas Gerais até o momento foram governos que utilizaram dos potenciais econômicos do estado como moedas de trocas políticas e de financiamento da máquina pública. Neste sentido, foi criada uma cultura política baseada em subsídios arbitrários que não beneficiaram em nada a sociedade, mas apenas privilegiaram setores específicos da economia e criaram desequilíbrios no ambiente de negócios, principalmente ao empreendedor autônomo. Desta maneira, é preciso desmistificar a necessidade de um estado forte e atuante para dar lugar ao entendimento de que o papel do governo é propiciar, de forma justa e generalizada, um bom ambiente de negócios.

#### **❑ O governo não promove o crescimento da economia**

O que se observa ao longo da história política de Minas Gerais é que muitos governantes se colocaram como responsáveis pelo desenvolvimento social, ou ainda afirmaram que eram eles quem possuíam soluções únicas para enriquecer a população. Entretanto, esta é uma mentira, tendo em vista que apenas os indivíduos são capazes de gerar riquezas, já que o estado nada produz. O que acontece, na verdade, é que o estado realoca, seja por meio dos seus gastos, seja através de políticas de isenção e subsídios, recursos em diferentes setores da economia, porém sem promover o crescimento econômico e social. O resultado desse comportamento foi o desequilíbrio no mercado e o enriquecimento desmerecido de um seleto grupo de empresas, devido a privilégios concedidos pelo governo.

#### **❑ Propiciar um bom ambiente de negócios, de forma justa e generalizada, é a principal forma de gerar riquezas e combater a pobreza**

A maioria dos incentivos são feitos setorialmente, ou seja, para grupos de empresários selecionados. Isto quer dizer que quando a população escuta que o governo vai incentivar a economia desonerando algum produto considerado tradicional de Minas Gerais, na verdade este incentivo não passa de uma isenção arbitrária, que tira recursos do bolso do trabalhador comum e coloca no de algum “amigo do rei”, reproduzindo a desigualdade.

Conforme se vê, este tipo de conduta não contribui para o desenvolvimento de Minas Gerais, e prejudica pequenos e médios empreendedores. Para gerar riquezas e combater a pobreza é necessário abandonar a política de incentivos direcionados para estimular a livre concorrência, por meio da diminuição da burocracia e do estímulo a um ambiente que promova a livre escolha pelo indivíduo do que dá mais lucro para ele, e não a escolha forçada de um setor específico.

### **❑ Serviços públicos não precisam ser ofertados diretamente pelo estado**

Atualmente, o estado monopoliza vários serviços públicos que não precisam, necessariamente, ser oferecidos diretamente pelo estado. No entanto, o governo não consegue ser eficiente para responder, com sua própria estrutura, às inúmeras demandas da população. Os governantes insistem na tentativa de controlar toda e qualquer atividade possível, desde gerir uma lavanderia para roupas hospitalares até promover o investimento estratégico aeroespacial em Minas Gerais. Apesar disto, setores do mercado privado já oferecem muitos desses serviços com mais qualidade e com custos menores para os seus consumidores, mas o estado segue buscando suas próprias soluções. Assim, é preciso entender que o governo não precisa oferecer todas as atividades diretamente, já que ele pode criar novos arranjos que garantam a prestação de serviços públicos com qualidade, independentemente de quem seja o responsável pela entrega destes serviços.

### **❑ A desestatização não implica em uma perda do patrimônio da população**

Governantes, ao longo da história política, criaram um discurso de que as empresas estatais são um patrimônio público da população e que a desestatização implicaria no fim de direitos da sociedade e na entrega dessas empresas para estrangeiros. Os problemas das empresas estatais são que, em todas elas, há morosidade na execução das atividades, intervenções políticas e criação de monopólios que impedem a concorrência e influenciam negativamente no preço e na qualidade do produto ofertado. Além disso, as estatais são

utilizadas para o financiamento de custos do governo em outras áreas. Assim, a empresa deixa de lado a lógica de desenvolvimento do produto e acaba gastando o dinheiro de forma ineficiente com a máquina pública. Quando se fala em privatizar empresas estatais de Minas Gerais se diz em inibir a corrupção e a troca de favores políticos, melhorar a governança e eficiência dessas empresas e, principalmente, garantir a priorização da atuação do estado para aquilo que realmente impacta a população. O papel do estado não é de gerar lucros, mas garantir a ordem e a oferta de serviços essenciais.

**❑ A regulação deve ser feita pelo estado apenas quando foi estritamente necessário**

Grande parte dos licenciamentos feitos hoje pelo estado desincentivam o ambiente de negócios, criam burocracia, atrasos e muitos gastos para quem deseja empreender. Há várias regulações que não agregam nenhum valor para a sociedade, é o chamado “procedimento pelo procedimento”. Esse controle sem motivo por parte do governo pode ser explicado pela necessidade de pessoas de dentro do Estado em criar atividades e estrutura administrativa para que possam compartilhar mais cargos, criar novas taxas e aumentar o poder que os políticos e os governantes têm para que consigam satisfazer mais facilmente seus interesses pessoais. Além disso, o licenciamento atual possui poucos efeitos práticos, pois não garante que as empresas evitem irregularidades, e muitas vezes serve de alibi para que tais empresas se escusem da culpa no caso de infração. Assim, a atividade regulatória exercida pelo estado deve presumir a inocência por parte do agente econômico, e em contrapartida deve-se garantir que a punição e a responsabilização serão severas em caso de irregularidades. Ademais, é possível transferir parte da atividade de regulação para o mercado por meio de certificações e selos de instituições privadas, de forma a incentivar ainda mais o ambiente de negócios.

**❑ A logística é ponto chave do desenvolvimento, porém o estado não é eficiente para gerir este setor**

A logística em Minas Gerais é um dos fatores que mais afetam a competitividade da economia no estado, uma vez que ela está diretamente ligada ao custo dos produtos. Atualmente o estado é o principal responsável por esta área, porém, ainda que existam impostos e taxas, convivemos com rodovias precárias, ferrovias ultrapassadas, modal aquaviário incipiente e a ausência completa de reais investimentos logísticos. Além disto, a logística não é apenas os modais de transporte, mas também todos os movimentos de carga, de armazenamento, de entrada e saída de insumos, e de infraestrutura, em geral. O cenário atual mostra que o setor público é ineficiente para realizar esta gestão, sendo preciso novos agentes para investir no setor. A solução é privada, e os governantes sabem disso. O problema é que ou eles apresentam soluções impraticáveis ao mercado ou não movem o mínimo esforço para discutir mais profundamente os gargalos.

#### **❑ A tecnologia é chave para reduzir a pobreza no campo**

A pobreza extrema é a situação mais comum no interior do país e de nosso estado. Cerca de 66% do total de propriedades rurais no Brasil apresentam uma renda bruta de menos da metade de um salário mínimo por mês. Apesar de ser dito que a reforma agrária é a solução para a pobreza no campo, estudos mostram que a concentração de terra corresponde a apenas 10% da geração de renda nas propriedades rurais. O que se vê, na verdade, é que a Reforma Agrária cria mais gastos com subsídios, indenizações e institutos de terras, sem gerar efetivamente valor ao indivíduo. A razão principal da desigualdade no campo é a falta de acesso à tecnologia pela maioria dos produtores e a insuficiente assistência técnica de extensão rural. Logo, para incorporar tecnologia na atividade agrícola o produtor necessita de assistência técnica e melhor acesso aos mercados. O crédito é também uma variável importante, uma vez que o pequeno produtor tem acesso restrito ao crédito oficial e aos mecanismos de financiamento de mercado. Assim, é preciso que o pequeno produtor ganhe poder de barganha frente aos grandes produtores e tenha mais acesso a tecnologia

presente nos fertilizantes, em sementes melhoradas, rações, defensivos agrícolas e no manejo das lavouras, por exemplo.

Desta maneira, o NOVO tem as seguintes premissas como base para geração de riqueza no estado de Minas Gerais:

- Os incentivos governamentais serão generalizados e não seletivos;
- A verdadeira concorrência será a norma básica para organização da economia;
- A regulação não será uma atividade exclusiva do estado;
- Será extinta a cultura do "estado babá" e do "estado freio de mão";
- Organizações privadas podem oferecer serviços com mais qualidade e mais abrangência do que o estado;
- Desestatização é uma forma de o estado priorizar os serviços essenciais que ele deve ofertar;
- Privatizações se darão respeitando a liberdade de escolha individual;
- A solução para os problemas de logística e infraestrutura está no mercado;
- Procedimentos regulatórios que não agregam valor deverão ser extintos;
- O estado promoverá a atividade de certificação e licenciamento privado;
- A lógica de licenciamento deverá ser *a priori* e não *a posteriori*;
- A pobreza no campo deve ser combatida tornando os serviços de ATER mais acessíveis aos produtores, tornando o serviço mais abrangente para quem precisa.
- A geração de riquezas na área rural perpassa por maior acesso ao mercado pelo pequeno produtor via incorporação de tecnologias.

O objetivo do NOVO não é reduzir o estado a ponto de sua ausência, mas sim reduzir sua interferência no desenvolvimento orgânico do mercado, propiciando um ambiente de negócios mais simples, estável e igualitário, que dê maior segurança aos empreendedores. Para tanto, seguem as seguintes propostas de ações:

- **Abertura da "caixa preta".** Na atual cultura governamental algumas empresas e setores recebem mais subsídios que outras, sem transparência e comprovação dos seus benefícios para sociedade. Esta é uma velha prática que mantém privilégios e cria barreiras para o mercado. É necessário acabar e dar transparência a este sistema para dar lugar à livre concorrência e garantir a igualdade de oportunidades.
  
- **Novas formas de regulação.** O estado tem sido ineficiente para regular qualidade de produtos do mercado. Ao mesmo tempo, o próprio mercado tem criado novas formas de garantir a qualidade do que é produzido. O que antes era preciso de uma terceira parte para garantir a qualidade dos produtos, hoje pode ser feito em tempo real, por meio de tecnologias de big data, pela própria sociedade. Assim, é preciso permitir a criação de autenticações, selos e certificações privadas para quaisquer tipos de atividades.
  
- **Inversão da lógica de licenciamentos.** O licenciamento é pressuposto para grande parte dos negócios, contudo ele raramente é conduzido corretamente. A Boate Kiss e a Samarco, por exemplo, estavam legalmente regularizadas no papel, mas a prática mostrou o contrário. Considerando a morosidade do setor público, é mais eficiente inverter a lógica dos licenciamentos, presumindo *a priori* a inocência por parte do agente econômico. Porém, em contrapartida a esta presunção, serão garantidas severas punições, *a posteriori*, no caso de irregularidades.
  
- **Redução dos custos burocráticos para o empreendedor.** A abertura e manutenção de pequenos, médios e grandes negócios é prejudicada por muitos procedimentos exigidos pelo setor público, mas que, na prática, pouco agregam para a sociedade e para o empreendedor. Desta maneira, é necessário estabelecer medidas para que a função das Juntas/Conservatória seja meramente o registro, ou seja, dar publicidade, sem haver qualquer revisão e análise do ato. Além disso, será

proibida a exigência de autenticação em documentos públicos, a fim de iniciar a redução do poder dos cartórios.

- **A desestatização como real incentivo à geração de riquezas.** Muitos processos de desestatização não incentivaram a competição, somente criaram novos monopólios com a venda de estatais. É preciso desocupar o espaço monopolizado por essas empresas criando condições para que novos entrantes participem do mercado de forma competitiva. Dessa forma, a desestatização poderá ser conduzida de maneira democrática respeitando a liberdade de escolha individual. Isso anulará por completo interferências políticas nessas empresas e garantirá a livre concorrência que favorece o consumidor final.
- **Tornar empresas públicas mais eficientes e menos estatais.** Como o processo de desestatização será um processo gradual e democrático, haverá empresas estatais que não serão privatizadas num primeiro momento. Para essas que se mantiverem sobre o controle público, haverá abertura para aporte de capital privado, serão criados conselhos independentes, com possível presença de uma “golden share”, preservando que decisões estratégicas sejam tomadas considerando a opinião do governo. Isso irá melhorar o perfil de risco financeiro da empresa e evitará que o governo apoie necessidades financeiras ou retire recursos da companhia. O objetivo é que, mesmo ainda com parcela de controle público, as empresas iniciem um processo de desestatização.
- **Apoio nos investimentos municipais.** Fomento de parcerias entre municípios e entes privados para o desenvolvimento de serviços públicos sobre os quais as prefeituras não possuem condições de ofertar, como por exemplo: iluminação pública, tratamento de resíduos sólidos e efficientização energética.

- **O mercado abre caminhos.** Alguns problemas, como é o caso do modal de transportes e da infraestrutura arcaicos em Minas Gerais, são ditos como insolucionáveis devido à falta de orçamento do estado. Entretanto, com a participação de entidades privadas, via concessão ou parcerias público-privadas, é possível viabilizar os investimentos necessários para construção de ferrovias, modernização de estradas e construção de portos secos, por exemplo.
- **Acesso ao mercado.** Hoje, é fraca a inserção de pequenos produtores às cadeias de suprimentos. O governo pode auxiliar na organização de pequenos produtores rurais em cooperativas, de modo a aumentar seu poder de barganha, obter acesso à assistência técnica e ao financiamento via cooperativas de crédito com a intermediação das cooperativas de produção em soluções de garantia. É preciso garantir a todos o acesso aos recursos do mercado, extinguindo os incentivos setorializados.
- **Valorização do produto local.** É preciso assegurar os modos de produção artesanal de modo que eles não sejam barrados pelo lobby político de indústrias e empresas de grande porte. Deve-se promover um ambiente favorável para que os produtos mineiros cheguem livremente em todo Brasil e no exterior, porém garantindo a devida segurança de qualidade desses produtos, que poderá ser feita por certificadores do próprio mercado. Assim, o governo de Minas pode concentrar seus esforços na fiscalização destas certificadoras, assegurando de forma mais eficiente o posicionamento dos produtos mineiros como os de melhor reputação no mercado brasileiro.



## **4. Segurança Pública**

Ineficiências, equipamentos precários, poucos serviços de inteligência, políticas sem avaliação e uso de dados, extenuada integração entre instituições e ação preventiva longe de atingir seu potencial. Este é o quadro que caracteriza a Segurança Pública em Minas Gerais. Apesar de alguns políticos alegarem melhorias nos últimos anos, o que se observa são dados alarmantes em relação à criminalidade no estado.

Em 10 anos, de 2007 a 2016, os homicídios aumentaram de 4.125 para 4.622, um crescimento de 12% que colocou Minas na 2ª posição entre os estados com maior número de incidências. De 2006 a 2013, a taxa internacional de homicídios por 100 mil habitantes foi de de 6 a 8, enquanto que a do estado foi de 18 a 23, superior ao triplo da média mundial. Ao considerar o grupo de 15 a 26 anos, pode-se dizer que os jovens são as principais vítimas, a taxa de homicídios mais que duplica, atingindo 49,8 homicídios por 100 mil habitantes, enquanto que a taxa do sexo masculino, para a mesma faixa etária, foi de 92,0. O número de roubo de veículo cresceu 923% em 10 anos, chegando a 14.150 casos em 2016. Se somados as incidências de furto, chega-se a um total de 42.825 em Minas Gerais.

O descaso do poder público para com esta área é tão claro, que mesmo disfarçando as verdadeiras estatísticas e aumentando o contingente policial na medida em que a população possa vê-los, a sociedade ainda se sente insegura. Garantir a Segurança Pública é uma das poucas funções que o estado deve exercer plenamente e, como se vê, Minas está longe de alcançar essa plenitude. Do mesmo modo, a maneira como o estado se porta diante da necessidade de garantir a segurança deve ser repensada, a começar pela elucidação de algumas questões referentes ao tema:

## ❑ **O crime tem compensado**

O debate sobre segurança pública tem se dividido entre os extremos “bandido bom é bandido morto” e “bandido é vítima da sociedade”. De fato, é total a ineficiência do estado em garantir a incolumidade física e patrimonial de seus cidadãos e preservar a ordem pública. No entanto, essa polarização impede uma discussão mais pragmática sobre segurança pública, capaz de efetivamente trazer soluções para reduzir a violência em nosso estado. Como toda atividade, o crime é avaliado em termos de sua relação custo-benefício. Estudos apontam que, para a maior parte dos detentos, essa relação é positiva. Pelo lado dos custos, detentos avaliam uma baixa probabilidade de serem pegos e punidos; pelo lado dos benefícios, o retorno econômico da atividade supera os custos do ingresso na criminalidade. Em outras palavras, o crime tem compensado e para combatê-lo de forma eficaz é preciso unicamente aumentar os seus custos e reduzir seus benefícios.

## ❑ **Aumentando os custos da atividade criminosa e reduzindo seus benefícios econômicos**

Com relação aos custos do crime, grande parte da população, considera que uma lei penal mais severa seria a solução para o combate à violência. No entanto, apenas punições mais severas não resultam em menor impunidade. É preciso que o sistema de justiça funcione para que se possa indiciar, julgar e absolver ou punir. O que ocorre hoje é que a maioria dos inquéritos policiais não são concluídos, ou, quando concluídos e feita a denúncia, muitas vezes os réus são absolvidos pela precariedade das provas. Assim, é preciso garantir a certeza de que haverá punição dos delitos, e recuperar a credibilidade das instituições para que passem a exercer efetivamente a inteligência investigativa, dando fim à impunidade. Quanto aos benefícios da criminalidade, algumas medidas têm sido tomadas, com sucesso, para reduzir o valor de mercado do produto do crime, como o registro de celulares. No entanto, ainda sim é preciso uma maior atenção policial a fim de tornar nulo o retorno

lucrativo daqueles que comercializam produtos roubados, por exemplo, realizando maior fiscalização nos mercados ilegais.

### **❑ O crime não é uma prerrogativa de classe, mas sim uma questão de custos e benefícios**

Um grande mito que norteia a política de segurança pública é que a pobreza gera a violência. O fato de o crime estar relacionado à pobreza e dizer que a pobreza é o fator determinante para que os indivíduos entrem na criminalidade, são duas coisas distintas. Mesmo com o crescimento da renda da sociedade, o número de homicídios no Brasil saiu de 48.136 em 2005 para 59.627 em 2014, um aumento de quase 25% em apenas 10 anos. Ou seja: mesmo com as pessoas obtendo maiores rendas a violência continua aumentando. O problema é que ao invés de se discutir a estrutura das polícias, o sistema penitenciário e a legislação penal, o debate sobre segurança pública vem se limitando ao tema exclusão social. Dizer que os criminosos são vítimas da sociedade nada acrescentou para a diminuição da violência em nosso estado. Consideramos que o crime é uma escolha do indivíduo e que a ausência de mecanismos de controle sociais, junto à incapacidade do estado em garantir a justiça propiciam um contexto favorável a estruturação do criminalidade. É preciso que a sociedade melhore suas ações coibidoras do crime, e que o governo faça com que serviços de justiça funcionem para que haja uma melhora sensível na segurança do estado.

### **❑ Prender mais ou prender melhor?**

Embora as prisões sejam eficazes para a redução da criminalidade, não se pode dizer que prender mais significa prender melhor. As políticas estaduais de segurança ainda são reativas e repressivas, destituídas de planejamento, de objetivos e avaliação. Isso se reflete no padrão das prisões. São muitas prisões por crimes não-violentos que, por vezes, beiram a insignificância, enquanto a maior parte dos criminosos violentos responsáveis por

homicídios e latrocínios continuam impunes. Prisão custa caro, e não adianta apenas prender mais, a prioridade é garantir a segurança da sociedade, afastando os criminosos violentos e dissuadindo-os do crime. Minas Gerais não tem sequer um acompanhamento sobre a quantidade de homicídios que ocorre no estado e que foram denunciados à justiça. Além disso, a capacidade investigativa das polícias é muito pequena, de forma que crimes graves como homicídios e latrocínios, na maioria das vezes, são denunciados apenas quando há flagrante ou alguma proximidade entre vítima e agressor. A verdade é que atualmente criminosos violentos tem grandes chances de não serem punidos e de continuarem a ameaçar a sociedade. Para reverter essa situação, o estado deve redefinir prioridades e estratégias para dar maior suporte à eficiência das investigações, a fim de garantir a punição e dissuadir a conduta criminosa.

#### **❑ O estado não tem conseguido assegurar as garantias dos indivíduos**

O estado não tem conseguido garantir a segurança nem nas ruas, nem dentro dos próprios presídios. O controle no sistema penitenciário é precário, dando margem à atuação de organizações criminosas dentro das penitenciárias. Isso resulta no não cumprimento efetivo de pena em vários presídios, com a chefia de organizações sendo livremente exercida de dentro da prisão. Essa ausência de controle impacta ainda nos processos de reintegração, uma vez que presos de menor potencial ofensivo podem ser facilmente cooptados por organizações criminosas para garantir a própria sobrevivência na cadeia ou a de seus familiares do lado de fora. A falta de garantias não se restringe à prisão. Há baixa qualificação de ações prestadas por órgãos públicos para a população e falta de transparência de dados e das decisões das instituições, além da corrupção. Tendo em vista que o estado não tem conseguido assegurar, sozinho, as garantias individuais para todas as partes, é necessário buscar novas soluções fora de sua estrutura para a efetiva promoção da justiça.

#### **❑ A violência na área rural é tão grave quanto a violência nas cidades**

Nos últimos dois anos, Minas Gerais observou uma média de 139 casos por dia de crimes em imóvel rural. Enquanto o crime no campo passa a ser cada vez mais organizado, o indivíduo da área rural continua sem ter condições para se proteger. O produtor, na maioria das vezes, não pode contar com o poder público na garantia da sua segurança. Além disso, o Estado não demonstra qualquer mudança de postura em relação a este grave problema. Não há integração entre a polícia e as propriedades rurais, tão pouco alguma referência dentro da estrutura de governo na qual se pode reivindicar ações no sentido de melhorar a vigilância rural. Novamente, o que se percebe é a ausência do Estado onde ele efetivamente deveria atuar. Assim, para combater a violência no campo é preciso assumir a responsabilidade sobre este problema de forma inteligente e estratégica, seguindo em direção à liberdade ao exercício do direito de legítima defesa pelo indivíduo da zona rural.

#### ❑ **Invasão, crime ou política pública?**

As políticas de reforma agrária não surtiram efeitos na qualidade de vida do produtor rural. Além de não ajudar no combate à pobreza, a sua promoção causa severos impactos também na segurança do morador do campo. Atualmente, o incentivo à invasão se transformou até mesmo em política pública institucionalizada pelo governo, basta ver a atuação e declarações de missão dos órgãos governamentais. Este problema, além de perpassar pelo posicionamento ideológico inadequado dos governos, também encontra um complicador técnico. Estima-se que apenas 24% da área rural total de Minas Gerais tenha sido georreferenciada. Apesar de ser um serviço de alto custo, a certificação das propriedades é fundamental para dar garantia aos proprietários de suas posses. Consideramos que a invasão é crime e deve ser tratada como tal. O estado deve intervir no que realmente é necessário e no que causa prejuízos efetivos à população. Para isso, deve-se adotar medidas para criminalizar e coibir invasões de propriedades privadas, garantindo o direito à vida e dos bens dos indivíduos.

Partindo-se destas questões, é possível enumerar as seguintes premissas para uma NOVA política de segurança que se propõe:

- O crime é uma escolha individual;
- O estado deve garantir a legalidade como referência;
- O estado deve pôr fim à cultura da impunidade;
- É preciso desenvolver a eficiência das investigações criminais a fim de efetivamente reduzir a violência;
- O estado deve prender melhor, não apenas prender mais;
- Garantias individuais devem ser respeitadas, tanto da vítima quanto de quem comete o crime;
- Transparências em ações, dados e correição nos órgãos da segurança pública;
- É preciso defender o exercício do direito de legítima defesa.
- Invasão é crime, não política pública;

Assim, o novo modelo que se propõe para gerir a Segurança Pública de Minas Gerais perpassa pelas seguintes ações:

- **Aumentar o custo do crime.** O estado deve aumentar a expectativa do criminoso ser efetivamente punido para que ele pense e considere sua escolha antes de cometer um crime. Para isso, é preciso pôr fim à impunidade e criar soluções por meio da interlocução com o Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública para que haja maior rapidez e racionalidade nos processos criminais. Com isso será possível ver os criminosos pagarem pelos seus crimes, aumentando o efeito dissuasório da pena.
- **Reduzir o benefício do crime.** Se o criminoso não tem para quem vender o objeto roubado ou furtado por um preço razoável, o crime passa a "compensar" menos. O estado pode propiciar cadastros voluntários de outros bens duráveis facilmente

identificáveis, além dos celulares, que já é feito hoje e dar maior atenção a investigações daqueles que comercializam o produto do crime. Assim, será mais difícil reinserir no mercado bens ilicitamente subtraídos.

- **Estado deve aumentar a percepção de segurança.** É preciso tomar providências que ampliem a percepção da probabilidade de um criminoso ser pego e que ao mesmo tempo dão maior sensação de segurança à sociedade. Assim, deve-se melhorar a distribuição do posicionamento de viaturas e postos policiais, aumentar o deslocamento de pessoal administrativo para tarefas “de rua” e intensificar fiscalizações aleatórias em locais onde o crime está presente, gerando maior incerteza ao criminoso quanto às chances de ele ser pego. Exemplos para essa aleatoriedade de atuação são incursões aleatórias em áreas de provável tráfico de drogas e fiscalização em oficinas e ferros-velho onde possam haver recepção de veículos roubados.
  
- **Melhor investigação.** O estado deve oferecer maior suporte ao trabalho investigativo das polícias, priorizando provas técnicas e utilizando metodologias e tecnologias que otimizem o desempenho dos investigadores. Essa é a principal alternativa para dar fim à impunidade. Para isso, deve-se começar a reunir e monitorar dados sobre os resultados dos inquéritos policiais de homicídios no estado e utilizar esses indicadores como avaliação das políticas públicas de segurança do estado.
  
- **Penas alternativas.** Como estratégia para prender melhor, o estado deve considerar penas alternativas bem controladas como, por exemplo, o uso de tornozeleiras eletrônicas nos casos de crimes mais brandos, a fim de diminuir os custos com prisões e também diminuir taxa de reincidência criminal. Além disso, o estado deve fazer uma revisão acerca de sua população carcerária para retirar

aqueles que já poderiam ter saído da prisão ou aqueles que sequer deveriam estar nela.

- **Garantia de direitos.** Para melhor assegurar as garantias da sociedade perante os órgãos de segurança pública é necessário aumentar a transparência e fiscalização do trabalho da polícia. O uso de aplicativos que permitem que celulares com câmeras sejam acoplados aos coletes de policiais e gravem suas ações é uma boa alternativa. Isso possibilitará melhor tratamento da polícia com a população e também melhor qualidade das provas criminais.
  
- **Parcerias na segurança.** Minas Gerais é o primeiro estado a abrigar um presídio construído e administrado por uma empresa privada. A aplicação do método Apac e os modelos de parcerias público-privadas podem ser aprimorados e expandidos, levando-se em consideração nas modelagens índices objetivos de reincidência dos egressos das penitenciárias e ampliação da oferta de trabalho aos detentos com profissionalização nos serviços executados. Além disso, é preciso intensificar o combate à atuação interna do crime organizado no sistema penitenciário e tornar as direções prisionais mais profissionais, com indicações menos políticas e mais técnicas, dando a devida transparência.
  
- **Atuação da sociedade.** Já se constatou que o uso de indicadores criminais como base para bonificações não é muito efetivo, visto que muitas vezes ocorrem manipulações de dados. Para a garantia da boa atuação dos órgãos de segurança pública, pode-se desenhar, junto à startups, modelos de remuneração com base em pesquisas à população. Assim, perguntas bem formuladas, passadas de forma aleatória por uma amostra da população, poderão captar sua percepção sobre a atividade policial e mensurar o grau de satisfação com qualidade da segurança em



várias dimensões, como na demora da polícia para chegar a locais de crimes, presença das polícias nas ruas, etc.

- **Integração de sistemas.** Reunir dados sobre segurança pública no estado é importante mas não é suficiente. Hoje não há integração entre sistemas de informações das autoridades de segurança pública. É preciso que todas as polícias e as guardas estejam falando a mesma língua para uma atuação mais inteligente. Minas Gerais pode adotar sistemas de categorização e centralização de informações iguais a de outros estados como, por exemplo, o sistema de informação on-line (Infocrim) de São Paulo, onde dados são transmitidas em tempo real, auxiliando na coordenação das polícias durante as atividades.
  
- **Segurança na área rural.** O combate à violência no campo deve se dar por meio da revisão do marco regulatório vigente, a fim de incentivar ações de integração de cooperativas, associações e consórcios intermunicipais para que realizem parcerias objetivando mecanismos de vigilância rural privada. Além disso, poderá se realizada uma reorganização administrativa na estrutura do estado, tendo em vista a criação de um setor de inteligência para tratar a violência no campo.
  
- **Uso de tecnologias no combate a violência e impunidade.** Existem no mercado muitas tecnologias que podem auxiliar o trabalho da polícia. Uma possibilidade de melhorar o combate ao roubo de automóveis é por meio da expansão de câmeras inteligentes instaladas em fronteiras, criando espécies de barreiras virtuais, que identifiquem veículos roubados e foragidos da justiça. Com a maior efetividade na apreensão de carros roubados e de criminosos, outros crimes que utilizem destes veículos tendem a diminuir. Além disso, propõe-se o uso de drones, gps em viaturas e outras tecnologias disponíveis.

- **Maior controle em áreas vulneráveis.** Observa-se um baixo grau de controle sobre os jovens em áreas vulneráveis, muito devido à desestruturação das famílias, pouco tempo em escolas, e problemas relacionado às drogas e ao álcool. O estado deve promover a maior presença da polícia e ser o responsável por organizar a mobilização social para exercer o controle social nessas áreas.
  
- **Legalidade como referência.** Em várias áreas, a ilegalidade é tida como referência e os conflitos são resolvidos de forma extrajudicial, ditada por regras próprias desses locais. O estado deve estruturar os aparatos policiais e judiciais, fortalecendo as instituições, a fim de restabelecer a ordem legal e o cumprimento da justiça nessas áreas. Isso deve traduzir em meios de resolução pacífica de conflitos e provisão democrática dos serviços de justiça.

## 5. Educação

A educação é importante para que os indivíduos desenvolvam capacidade analítica, conheçam a realidade e o contexto em que estão inseridos e adquiram conhecimentos para resolver problemas e tomar decisões. Apesar de tamanha importância, convivemos em Minas Gerais com uma realidade muito diferente do ideal. Os resultados dos indicadores de educação são pífios, sobretudo no ensino estatal.

Segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o terceiro ano do ensino médio da rede estadual tem sido insatisfatório e abaixo do ideal de 6 pontos. Em 2015, o índice alcançado na rede pública foi de apenas 3,5 em 10, enquanto na rede privada a nota foi de 5,6. Ademais, a taxa de aprovação aponta que mais de um quarto dos alunos do 1º ano foram reprovados, em torno de 26,7%, e na rede privada o resultado foi de 10,9%. Em relação ao IDEB do 9º ano do ensino fundamental, no âmbito estadual, o resultado também tem sido de piora, de 2013, com 4,7; para 4,5, em 2015. Apenas no IDEB do 5º ano, o resultado superou o patamar mínimo de 6,0.

Observa-se que os recursos públicos destinados ao setor de educação continuam crescendo, apesar de não se notar melhoras no desempenho escolar. Em 2015, o governo de Minas despendeu R\$ 8,4 bilhões, e em 2017 o gasto chegou a R\$ 9,8 bilhões, sendo a maior parte destinada para o ensino fundamental. Nota-se que o dispêndio no ensino profissional e na capacitação dos profissionais da educação foi pouco expressivo em relação aos gastos totais, representando apenas R\$ 66,79 milhões (0,68%), e R\$ 3,98 milhões (0,041%), respectivamente.

Portanto, há um volume grande de verbas, mas que na prática não são bem alocadas para atingir um nível satisfatório de ensino. Logo, é preciso tratar sobre algumas questões antes de propor mudanças para o desenvolvimento da educação no estado:

## ❑ **Ensino Público com soluções do Ensino Privado**

A qualidade do ensino oferecido pelo governo em Minas Gerais não acompanha a qualidade do ensino privado. Enquanto o desempenho não é um fator de risco à continuidade das escolas estatais, nas escolas privadas, ao contrário, é preciso manter um nível satisfatório de eficiência e desempenho, além de conseguir atender às expectativas dos pais de seus alunos para poder se manter no mercado. Políticas de vouchers, cooperativas de professores e bolsas de estudos via créditos fiscais seriam boas alternativas para tornar as escolas privadas mais acessíveis. No entanto, a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Fundeb, por enquanto, limitam políticas de fomento às escolas privadas, priorizando o monopólio estatal, o que mantém desigualdades de acesso a escolas de melhor qualidade. Diante de tais barreiras, o estado ainda pode buscar soluções no mercado que possam equacionar os seus desafios e suas limitações. Enquanto persistir o modelo regulatório federal, será necessário aperfeiçoar o ensino público com melhores técnicas de gestão e governança nas escolas, avaliações de resultados mais rígidas, maior canal de participação entre pais e alunos, e uso de Parcerias Público-Privada onde for apropriado.

## ❑ **O mito da regulação como essencial para o bom desempenho do ensino**

O excesso do controle regulatório do estado nas instituições de ensino, principalmente quanto ao que deve ser ensinado nas escolas, tem tornado as formas de ensino mais engessadas. Existe o mito de que a regulação é essencial na educação, já que, nesse pensamento, ela seria determinante na garantia do acesso, e nos bons resultados de exames de educação nacionais e internacionais. No entanto, o que se observa é que a centralização de decisões da educação não implicaram em melhores resultados no ensino estatal. Estudos apontam que quanto maior a descentralização, dando autonomia e responsabilidade aos professores e aos diretores, melhor é o desempenho dos estudantes.

Os resultados insatisfatórios da educação mineira mostram que os alunos não conseguem absorver nem os conteúdos mais básicos, de matemática e português. Mas que, apesar disso, o estado persiste na cobrança de extensos conteúdos obrigatórios, mais complexos e incompreensíveis à boa parte dos alunos. Isso ajuda a tornar a escola desmotivante para crianças e jovens. O ideal é que o estado dê maior liberdade às escolas e aos indivíduos, contribuindo para o desenvolvimento de experiências inovadoras e de boas práticas, e priorizando a aprendizagem de raciocínio lógico e linguagem, bases para a compreensão de quaisquer conteúdos.

#### **❑ Não há igualdade de condições na educação, mesmo dentro do Ensino Público**

O desempenho escolar decorre de uma série de variáveis, dentre elas o nível socioeconômico dos estudantes. Os alunos com melhores condições tendem a apresentar atitudes mais propícias em relação aos estudos, o que pode ser explicado pelo maior nível de escolaridade dos pais que, além de se tornarem referência, acompanham e cobram mais dos seus filhos. Assim, há grandes diferenças no desempenho de escolas estaduais quando se leva em consideração o perfil socioeconômico de seus estudantes e de seus pais. Por sua vez, o orçamento com a educação em Minas Gerais não se dá de uma forma equitativa. O que ocorre é que regiões mais pobres do estado, no geral, possuem um gasto por estudante menor do que regiões onde a situação de vulnerabilidade é menor. Dessa forma, nota-se que a atuação do estado na educação apenas contribui para a reprodução da pobreza e da desigualdade, pois não considera que as escolas com os piores desempenhos deveriam ser aquelas a receberem maior atenção e investimento. Uma transferência de recursos mais inteligente, priorizando regiões vulneráveis do estado onde há escolas com pior infraestrutura e desempenho, pode aumentar o resultado médio das escolas estaduais.

#### **❑ Educação não se limita à escola e o indivíduo é o principal agente de seu processo educador**

Os indivíduos são únicos. Quando o sistema é feito para tratar todos da mesma forma, com carga horária e grade curricular padrão, alguns se sobressaem e outros podem ficar para trás. Por como é sistematizada a educação pública, a tendência é que o nível de exigência caia para não permitir a evasão e garantir um mínimo denominador comum, atendendo ao maior número de pessoas possível. Esse sistema acaba por dificultar o desenvolvimento de talentos, genialidades, criatividade, poder de raciocínio, e restringir a busca de conteúdos e saberes que interessam a cada um. Deve-se ter claro que as escolas são apenas um dos meios para a educação e, provavelmente, não o melhor. Normalmente, a escola não é o ambiente mais adequado para promover a criatividade e habilidades individuais. Assim, o ensino não pode ser entendido apenas como cumprimento da educação formal, mas também como a busca do desenvolvimento do indivíduo em suas várias atividades e interesses. Os estudantes podem potencializar seus talentos também fora das escolas de diversas formas. É o conhecimento descentralizado e disperso, levando em consideração a liberdade de escolha, que tornará possível elevar a qualidade educacional.

#### **❑ É possível melhorar a carreira dos professores?**

Professores mais motivados e melhor preparados tendem a ser mais capazes de cativar os seus alunos, obtendo maior êxito na aprendizagem. No entanto, docentes com mais experiência ou com titulações mais altas não implicam, necessariamente, em melhores profissionais. Em outras palavras, currículo não é sinônimo de melhor qualidade da aula. A carreira dos professores da rede pública estadual é extremamente desvalorizada, e não atrai grandes talentos. Para isso, recentemente o governo de Minas implantou a política de tempo de serviço como progressão salarial, o denominado pagamento Adicional de Valorização da Educação Básica. Não resta dúvidas de que a classe dos professores deve ser mais valorizada, mas entendemos que a evolução de carreira dos docentes tem que se pautar pelo seu desempenho e pelo desempenho das escolas em que atuam, não apenas na sua experiência. Para que a carreira dos professores seja baseada em indicadores de desempenho, além de se considerar resultados nos exames de educação, é essencial que os

pais tenham mais canais de participação e de avaliação dos serviços prestados na escola, impactando diretamente na remuneração variável dos profissionais da educação.

### ❑ Educação no campo

Mesmo com infraestrutura precária e poucos professores, há uma grande dificuldade por parte do estado para manter escolas nas zonas rurais. O montante de recursos gastos por estudante nesses locais não se equiparam ao que é gasto nas grandes cidades. Isso gera uma situação de baixa expectativa para com a educação nas áreas mais remotas. Além disso, o conteúdo ministrado, por ser padronizado, fica distante da realidade vivida por esses alunos, e acaba por desestimular a continuidade de sua formação. O círculo vicioso está posto, e condena as crianças a um futuro miserável, na maioria das vezes. É necessário despertar nas crianças a curiosidade das questões do campo, mostrando os benefícios de frequentar a escola e criando o círculo virtuoso da educação com a atividade agropecuária. Aliar o estudo formal com minicursos ou palestras relacionadas ao cotidiano das famílias do campo é formar a próxima geração de agricultores mais educados e preparados para enfrentar os novos desafios do mercado. Para isso, poderão ser utilizados os facilitadores das entidades parceiras do estado, não sendo necessária a contratação de mais professores e, ao mesmo tempo, alavancando o conhecimento.

Assim, é possível estabelecer as seguintes premissas para basear uma NOVA atuação do governo na educação dos mineiros:

- É necessário trazer soluções do sistema de ensino privado às escolas estatais;
- Conferir maior liberdade às escolas e aos indivíduos, priorizando apenas conteúdos básicos essenciais, como português e matemática;
- Quanto menor a interferência estatal, melhor é o desempenho das escolas;
- Realocar de forma inteligente os recursos, a fim de aumentar o resultado médio do estado no desempenho educacional;

- Os alunos devem ter maior liberdade no aprendizado;
- A carreira dos professores deve ser pautada por indicadores de desempenho e satisfação dos pais;
- Os diretores devem ser escolhidos tecnicamente;
- Ensino rural personalizado e de qualidade com a utilização da expertise e da capilaridade de entidades públicas e privadas;

Por meio deste entendimento, seguem alternativas para uma mudança no sistema de educação estadual que, ao preservar a liberdade do indivíduo, visa o melhor desempenho das escolas e da formação de seus alunos:

- **Parcerias Público-Privadas (PPPs).** Mesmo diante de limitações legais ao fomento a escolas privadas, é possível realizar PPPs com vistas a reformas e/ou construções de estabelecimentos escolares, incluindo o gerenciamento da área administrativa, nos moldes da bata cinza. Por meio de uma parceria bem desenhada, o estado pode gastar menos recursos, e os alunos contarem com uma melhor infraestrutura para os estudos, além do agente privado também obter lucro.
- **Igualdade de condições.** O gasto do governo por aluno é desigual no ensino estatal, na medida em que há escolas que recebem muito mais recursos do que outras para custear suas atividades. Assim, é necessária uma mudança na forma de alocação de recursos às escolas, priorizando num primeiro momento a destinação de recursos para aquelas em situação precária de materiais e infraestrutura, principalmente no interior do estado. Como resultado, espera-se um aumento no resultado médio no desempenho escolar do estado e igualdade de condições aos trabalhos dos gestores escolares.
- **Competitividade por desempenho escolar.** As escolas devem ser avaliadas por indicadores de gestão que considerem a evolução do desempenho da instituição,



afetando o montante de recursos recebidos pelas escolas e bonificações aos professores, diretores e outros colaboradores. Assim, aquelas que obtiverem melhor evolução nos resultados deverão ser premiadas. Deve-se utilizar parâmetros de avaliação já existentes no mercado e que levem em consideração as notas alcançadas pelos estudantes em exames de avaliação externos, como o teste PISA. Este é um modo de assegurar a integridade e objetividade dos critérios avaliativos, evitando manipulações políticas e circunstanciais.

- **Ensino privado em escolas ociosas.** Devido a transição demográfica que vem ocorrendo, naturalmente há uma redução do número de turmas no ensino estatal, o que por sua vez resulta em escolas ociosas ou operando abaixo de sua capacidade instalada. Assim, é preciso buscar a otimização dos espaços escolares, com melhor redistribuição da infraestrutura e de recursos humanos. Uma alternativa para destinação dos espaços ociosos é a realização de parcerias com escolas privadas onde o governo cede a infraestrutura das escolas estatais para escolas privadas, em contrapartida, escolas privadas ofertam bolsas de estudo para alunos do ensino estatal. Assim, abre-se caminho para a democratização do ensino privado em Minas Gerais.
  
- **Autonomia estabelecendo prioridades.** A administração estadual não deve regular excessivamente as escolas estatais e privadas. É preciso dar autonomia administrativa e dos recursos, para que professores sejam livres na escolha dos métodos didáticos e para que os gestores aloquem os recursos da forma que consideram mais efetiva para o alcance do bom desempenho escolar. Em contrapartida a essa autonomia, o governo passará a exigir mais rigorosamente o cumprimento de metas e responsabilização de desempenho, essencialmente sobre aquisição de conhecimentos básicos de raciocínio lógico e linguagem pelos alunos.

- **Incentivando a desburocratização.** Existe um excesso de burocracia para abrir escolas privadas. Nesse sentido o estado deve adotar medidas de desregulamentação a fim de democratizar o acesso às escolas privadas de ensino básico e incentivar esse tipo de medida em municípios, no nível da educação infantil.
  
- **Liberdade Individual do Aprendizado** - Diante da possibilidade de flexibilização de uso dos recursos do Fundeb e do entendimento do sistema de vouchers como o que melhor atende aos anseios educacionais individuais, haverá uma oportunidade de introduzir no sistema de educação pública um modelo onde os próprios estudantes decidam, junto com suas famílias, sobre como investir em sua educação com os recursos arrecadados pelo estado. Pelo programa que se propõe neste plano, estudantes de baixa renda terão acesso a uma quantia de recursos de uso restrito, para serem gastos com produtos educacionais oferecidos pelo mercado, como por exemplo: matrículas, mensalidades e uniforme de escolas privadas, mentoria em estágios profissionalizantes, cursos livres (línguas, esportes e artes), aulas particulares, equipamentos para estudantes com necessidades especiais, etc.
  
- **Educação rural.** Realizar parcerias entre o setor público, incluindo municípios interessados, e o privado para levar o ensino rural de qualidade e melhorar a estrutura das escolas com a utilização da expertise e da capilaridade de diversas entidades, como por exemplo o SENAR-MG, OCEMG, SENAI, SEBRAE. Desse modo, será possível complementar a educação nas escolas rurais com cursos temáticos que envolvam técnicas de produção, bem estar das famílias, preservação ambiental, cooperativismo e associativismo, etc. Esses temas podem ser dados de forma extracurricular, mas contínua e customizada à realidade da região da escola, traçando um paralelo às matérias dadas em sala de aula.
  
- **Engajamento de pais e professores.** As escolas precisam promover de forma constante e rotineira encontros com os pais dos estudantes de forma a reduzir as

assimetrias de informação. É necessário que o estado se organize com a sociedade e com o mercado para adotar programas e aplicativos que permitam um acompanhamento mais contínuo dos responsáveis legais, por meio de sistemas acadêmicos online, por exemplo, ou mesmo pelo simples envio de mensagens via SMS.

## 6. Saúde

Dois pontos de consenso na Saúde Pública vêm sendo debatidos a cada 4 anos em programas de governo: o primeiro de que atenção primária é o grande responsável por resolver os problemas de saúde da população; o segundo de que atenção de média e alta complexidade deve ser realizada de forma regional, com o atendimento acontecendo sempre o mais próximo possível do cidadão, garantida uma escala mínima necessária para oferta desses serviços com qualidade e custo viável.

Embora haja consenso, de 4 em 4 anos as promessas se repetem, o valor aplicado na saúde aumenta, mas os resultados e a percepção de qualidade do atendimento pela população seguem deixando a desejar. A tônica dos programas de governo apresentados têm sido apenas a promessa de construção de mais unidades de saúde (Unidades básicas, UPAs, Policlínicas, Hospitais), porém sem dar a devida preocupação com o seu financiamento, com a eficiência e a qualidade dos serviços ofertados para população.

Em 10 anos, as despesas realizadas pelas organizações que compõem o Sistema Estadual de Gestão da Saúde saltaram de R\$2,2 bilhões em 2007 para R\$9,2 bilhões em 2017, resultando em uma ampliação de 400% nos gastos comparada a uma inflação acumulada no período de cerca de 80%. No entanto, mesmo com essa considerável ampliação no montante de recursos, não se obteve melhoras proporcionais no acesso da população a serviços de saúde de qualidade.

Assim, o contexto atual da saúde no governo de Minas é de uma dívida bilionária com os seus municípios por conta de repasses não feitos, hospitais filantrópicos ameaçados de fechamento por falta de pagamento por serviços prestados e servidores tendo de conviver recebendo seus salários atrasados. Para população, o reflexo é de mais filas, mais demora no atendimento e muitas vidas que poderiam ser salvas se houvesse boa aplicação dos recursos disponíveis.

### **❑ O mito do SUS gratuito e universal**

O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro, apesar de ser um direito universal, não consegue atender a todos em iguais condições. Os serviços podem até ser "gratuitos", mas os recursos são inevitavelmente limitados. Isso faz com que a oferta dos serviços médico e hospitalares sejam insuficientes e escassos para responder à demanda da população, o que cria dificuldades na realização de cirurgias, consultas e exames, afetando diretamente a qualidade de vida das pessoas. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde não é apenas a ausência de doenças, mas também o bem-estar físico, mental e social. Ao transferir toda a responsabilidade da manutenção do bem-estar dos indivíduos ao poder governamental, o que ocorreu foi a perda e a reversão do conceito adotado mundialmente sobre saúde, que passou a se limitar aos tratamentos de doenças fornecidos precariamente pelo estado. Portanto, é preciso desmistificar que a saúde é "universal", "de graça" e que ela está relacionada apenas ao fornecimento de serviços pelo estado, visto que isto cria pretexto para abusos por parte dos governos com a justificativa de promover a "saúde" à população.

### **❑ A saúde hoje não é prioridade e o seu problema não é a insuficiência de recursos, mas sim como eles são alocados**

O volume mínimo de gastos estaduais com a saúde é definido pela Constituição, e corresponde a 12% das receitas tributárias. Ao longo dos anos, os governos têm cumprido este mínimo constitucional, sem acrescentar um ponto percentual sequer. Ainda assim, os gastos tiveram um grande aumento devido a elevação na arrecadação de impostos, sem que fosse possível perceber melhoras nos serviços prestados. Isso mostra que a saúde não é vista como investimento mas sim como fonte de despesas pelos governantes recentes. Apesar de ser necessário maior investimento na saúde, o problema não se limita a insuficiência de recursos. É preciso alocar melhor o orçamento disponível, estabelecendo

prioridades. Contratos devem ser melhor detalhados e fiscalizados, mortes evitáveis devem ser priorizadas, doenças preveníveis por vacinas não podem ocorrer. Logo, entidades mais capacitadas devem participar das decisões de investimentos, a fim de estabelecer prioridades mais técnicas e menos políticas, para reduzir objetivamente a mortalidade e ser mais efetivo na promoção de bem-estar à sociedade.

#### ❑ **O estado sozinho não é capaz de tornar o sistema de saúde eficiente**

Os problemas da saúde não são causados apenas pela corrupção, mas também pela ausência de flexibilidade administrativa inerente ao setor público, o que impede o seu desenvolvimento. Isto pode ser observado quando faltam medicamentos por atrasos em licitações, e pela não assiduidade por uma parte de funcionários do setor público. Da mesma forma, hoje não existe controle de gastos na saúde pública. Não se sabe o custo dos procedimentos e a remuneração dos profissionais é desequilibrada, o que impede a avaliação da eficiência dos serviços prestados. Não é preciso que o Estado realize a gestão direta dos equipamentos públicos de saúde, mas sim que ele passe da condição de provedor direto do serviço para uma função mais estratégica de monitorar e avaliar outras entidades mais capazes de ofertá-los. Vale ressaltar que o Estado não estará se eximindo das responsabilidades conferidas a ele, o que ele passa a fazer é apenas se dedicar ao controle dos resultados obtidos. A partir desse modelo, que já vem sendo bem sucedido em outros estados, será possível expandir os equipamentos, aumentar o número de profissionais de saúde qualificados e realizar um maior número de atendimentos, visto que outras organizações conseguirão fazer mais com menos.

#### ❑ **A saúde familiar como chave para o bem estar da sociedade**

Apesar de propagandas políticas falarem apenas de hospitais e mais medicamentos, o problema da saúde só poderá ser resolvido se o estado priorizar a prevenção. A atenção primária e os cuidados com a saúde familiar correspondem a 90% dos fatores responsáveis

pela manutenção da saúde, enquanto os encaminhamentos especializados respondem à apenas 10%. A saúde primária é a porta de entrada do indivíduo no sistema de saúde, entretanto, no ano de 2018, dos R\$ 630 milhões orçados para esta área, foram executados apenas 1% desse valor até o primeiro quadrimestre. Isso mostra a falta de comprometimento dos governos recentes com o principal problema da saúde da população. O estado deveria cumprir seu papel constitucional de coordenar as ações de saúde e auxiliar os municípios, já que estes possuem pouca estrutura. Para alcançar um nível de saúde satisfatório em Minas, o indivíduo deve ter acesso a um médico de confiança, responsável pelo acompanhamento de seu bem-estar, que cuide do fluxo de encaminhamentos médicos e informações ao longo do sistema de saúde. Somente dessa forma, será possível diminuir a necessidade de atendimentos em hospitais, evitar o uso desnecessário de medicamentos e reduzir o risco das intervenções médicas.

#### **❑ Regionalização por meio da integração entre saúde básica e hospitais regionais**

Por ser formado por 853 municípios, Minas tem uma grande dificuldade para garantir que o atendimento à saúde seja rápido e de qualidade para todos os indivíduos. Além disto, grande parte destes municípios possuem pouca ou nenhuma estrutura para sediar um hospital, pois, por serem pequenos, eles não conseguem alcançar uma escala mínima para prestação de serviços com eficiência, sem que houvesse desperdício de recursos. Dessa maneira, é preciso repensar a lógica de regionalização do serviço de saúde no estado. Enquanto são mantidos vários pequenos hospitais nos quais se predominam escassez e insuficiência, nove hospitais regionais se encontram inacabados e 40% dos municípios mineiros ainda estão sem cobertura do SAMU. Assim, é preciso priorizar o fortalecimento do atendimento regionalizado da Saúde, colocando em funcionamento os Hospitais Regionais e garantindo maior cobertura do SAMU, ao invés de manter contratos com equipamentos ineficientes. É mais barato e de melhor qualidade. No entanto, o estado não possui recursos para finalizar as obras, e tampouco para custear as atividades dos hospitais

regionais. Essa é uma oportunidade para que a gestão compartilhada de equipamentos públicos de saúde por meio de Organizações Sociais (OSs) e Parceria Público-Privada (PPP) comecem a ser implementadas.

### **❑ O caminho para melhorar a saúde parte de seu atendimento pelo livre mercado**

O segmento de planos de saúde está diretamente associado ao incremento da renda, ou seja: uma pequena melhora da economia faz famílias adquirirem planos privados de saúde. Em Minas Gerais, cerca de 25% da população já possui algum tipo de plano de saúde suplementar. Isso mostra que, apesar de boa parte da população achar que o SUS deve se manter como um modelo universal, integral e gratuito para todos, pacientes que têm condições de pagar por um plano de saúde logo “abandonam” o sistema. Entretanto, o estado dificulta o acesso aos planos privados por meio das barreiras regulatórias à novos competidores e pelos elevados tributos que recaem diretamente nos preços ao consumidor. O índice de carga tributária direta e indireta às cooperativas de saúde chega à cerca de 27% do faturamento, enquanto para o setor financeiro, por exemplo, é de apenas 15%. Além disso, o imposto de maior incidência sobre os remédios e insumos hospitalares é o ICMS, de competência estadual. A intervenção do estado, seja pela alta carga tributária ou pelo excesso de regulação, resulta na falta de competidores, piores preços e conseqüentemente na baixa oferta de planos privados para a população. Assim, o acesso à saúde de boa qualidade para todos caminha lado a lado de uma menor interferência do estado e crescimento do poder aquisitivo da população. Isto, a longo prazo, permitirá a livre concorrência e a liberdade de escolha por parte dos indivíduos para optarem pelos serviços e preços que melhor atendam suas necessidades.

Neste viés, dado às limitações constitucionais existentes, as propostas do NOVO para reestruturar o modelo de saúde em Minas Gerais parte das seguintes premissas:



- Assumir o bem-estar como conceito principal acerca da saúde;
- O problema da saúde não se limita a insuficiência de recursos;
- Melhorar o atendimento por meio da realocação do orçamento disponível, estabelecendo prioridades mais técnicas e menos políticas;
- O governo não deve ser o responsável direto pela oferta de saúde;
- Gestão compartilhada de equipamentos públicos de saúde por meio de OSs e PPP como forma de melhorar os serviços de saúde à população;
- Hospitais Regionais de porte adequado como forma de garantir atendimento especializado à população;
- Remuneração deve ser baseada por resultados objetivos de manutenção e melhoria da saúde, e não simplesmente pelo procedimento;
- "Médico de Família" como alicerce das políticas públicas de saúde básica do estado;
- A assistência à saúde assegurada pelo livre mercado custa menos e é mais versátil que aquela proporcionada diretamente pelo Estado;

Assim, a inovação que se pretende implementar no modelo de saúde atual do estado de Minas Gerais perpassa pelas seguintes alternativas:

- **Recuperar a credibilidade do governo estadual.** Realizar os ajustes fiscais e as realocações de despesas necessárias para garantir o pagamento em dia dos fornecedores e servidores da área de saúde, bem como os repasses aos municípios. O que antes era um problema de atrasos recorrentes, hoje é um calote bilionário que retira de cada município a capacidade de atender a população e afeta diretamente a vida dos servidores e o negócio dos fornecedores do estado.
- **Mais transparência.** Muitas vezes o SUS ignora morte evitáveis, eventos adversos, falta de leitos, dentre outros problemas recorrentes no sistema de saúde. Assim, pretende-se dar transparência a todo tipo de informação do sistema atual para que a sociedade tenha condições de tirar suas próprias conclusões sobre a realidade da saúde pública com base em dados.

- **Gestão Compartilhada.** Delegação da administração dos equipamentos da saúde para Organizações Sociais (OSs) e Parceria Público-Privada (PPP) capazes, comprovadamente, de fornecer melhores serviços públicos de saúde para a população. O objetivo dessa medida é de aumentar a eficiência dos equipamentos atuais e concentrar esforços em monitoramento e avaliação dos serviços de saúde contratados, com auditorias de prontuários, por exemplo. Além disso este modelo garante maior ética e responsabilidade financeira na gestão.
  
- **O estado como consultor.** Apoio técnico aos municípios que queiram passar pelo mesmo processo de mudança de modelo de gestão com base em resultados e responsabilidade de gestão por parte de entidades privadas.
  
- **Coordenar em nível estratégico.** Hoje, são os municípios os responsáveis pelos serviços de atenção primária. No entanto, visto sua incapacidade em cumprir sozinho com essa responsabilidade, a administração estadual pode atuar de forma estratégica no sentido de propiciar que municípios e organizações referência na área de saúde se juntem para desenhar modelos sólidos para o atendimento da Saúde Familiar em cada região do estado. Dessa forma, é preciso fortalecer os consórcios intermunicipais existentes e estabelecer cada vez mais parcerias com entidades privadas, em um modelo onde a remuneração se pautará pelo resultado objetivo da manutenção e melhoria da saúde, ao invés da tradicional remuneração por procedimento.
  
- **Formação profissional.** O governo estadual deve incentivar a formação de profissionais de saúde voltados para a saúde familiar, realizando parcerias com universidades públicas e privadas e buscando alternativas para a fixação desses profissionais em cidades remotas.

- **Integrar para melhorar o acesso.** Integração da gestão de centros de saúde menores a hospitais regionais de maior porte a partir da gestão privada que detém capacidade de transmitir eficiência operacional e planejar, de forma mais adequada, o escopo de atividades para que as unidades atuem de forma complementar.
- **Melhor gestão de contratos.** É necessário que contratos atuais sejam revistos e futuros contratos sejam mais bem formulados e fiscalizados. Para isso o estado deve rever o modelo de contratualização vigente atualmente, alterando para uma lógica de contrato global de desempenho e qualidade, que leve em consideração os custos reais para prestação de serviços de qualidade. A adesão ao novo modelo deve ser feita de forma gradual e deverá ter como contrapartida dos prestadores um novo pacto envolvendo níveis de excelência em governança corporativa e transparência.
- **Rede de informações.** Para a implementação de qualquer programa de acompanhamento médico a longo prazo, é fundamental haver um sistema, acessível por qualquer profissional do sistema de saúde, com informações sobre condições clínicas anteriores dos pacientes, que possam ser utilizadas pelos profissionais para prevenir doenças e criar melhores tratamentos.
- **Investimento intensivo em tecnologia e telemedicina.** A tecnologia tem potencial de melhorar a qualidade do atendimento e reduzir custos. Com apoio da iniciativa privada, é preciso investir na implantação de prontuários eletrônicos e implementar centros de atendimento online para melhorar a qualidade da atenção nos municípios onde não há escala suficiente para a presença do especialista.
- **Imunização e Conscientização.** Garantir níveis de excelência de imunização no estado evitando que doenças preveníveis como a paralisia infantil não volte a ter incidências no estado. Atualmente o papel do governo como conscientizador está

sendo descumprido. Deve-se intensificar ações de conscientização como, por exemplo, em relação à AIDs e infecções sexualmente transmissíveis.

- **Desburocratização.** Simplificação e informatização de processos de credenciamento e maior agilidade na aprovação de projetos e emissão de alvarás. Assim, é possível aumentar o acesso à saúde privada e atrair empreendedores para o setor de saúde, principalmente para o atendimento em regiões com vazios assistenciais.
  
- **Em direção ao Sistema de Mercado.** Viabilizar programas piloto onde o governo possa comprar serviços privados de saúde para a população. Assim, a população tem melhores condições de comparar e avaliar os serviços públicos e privados, podendo cobrar novas políticas em direção a um novo modelo de saúde com mais liberdade.

## **Conclusão**

Diante de todo o exposto, este plano tem como principal premissa o respeito com o dinheiro do pagador de impostos. É preciso ter em mente que o recurso disponível para o uso dos governantes custou caro para aqueles que trabalharam honestamente para conquistá-lo e tiveram que dividi-lo com o governo. Enquanto se caminha em direção à uma menor interferência do estado e maior liberdade ao indivíduo, é preciso acabar imediatamente com a cultura do “não há recursos suficientes” e conter a evolução desenfreada dos gastos governamentais. O governante deve ser capaz de impor limite ao mal gasto da máquina pública e usar os recursos nas áreas que realmente impactam a qualidade de vida das pessoas, sendo a mensuração dos resultados uma prerrogativa para os gastos públicos.